

ATA N° 01/2018

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Às 09h42min do dia 26 de julho 2018 deu-se início a 1º reunião ordinária do Conselho Consultivo da ESEC Taim. O Sr. Caio deu as boas vindas, fez a leitura e aprovação da Ata 03/2017 e após a leitura, fez a confirmação de quórum. O primeiro assunto a ser tratado foi apresentação do trabalho do Grupo de Trabalho do Plano de Manejo. O Sr. Caio explicou um pouco sobre a Oficina do Plano de Manejo que ocorrerá em agosto. O Sr. Kleber (representante do NEMA) colocou que na indicação dos representantes é importante que seja valorizado o GT que trabalhou em todo esse processo, dando prioridade a estas pessoas. E também gostaria de saber se seria possível uma representação rotativa na instituição. O Sr. Caio disse que é importante a representatividade das instituições e ficou de ver essa possibilidade de rodizio. O Sr. Caio explicou como foi a dinâmica do grupo de trabalho para tratar do regramento da ZA. Este fez uma breve explanação de todos os temas que foram tratados e regramento gerado durante o trabalho do GT. O Sr. Kleber acha que a priori, devido à área de amortecimento ser num contexto pequena, deveria transformar numa área de zona de conversão de potencial agroecológico. Houve discussão sobre o regramento do tráfego na Praia, onde foi sugerido pelo GT que seja obrigatória uma autorização para trafegar com veículos na praia na área da ZA da ESEC Taim. Então, foi esclarecido que haveria este cadastro para conhecimento do problema, movimentação de veículos na praia para depois poder fazer a gestão e legislar. O Sr. Kleber falou que além das fronteiras municipais, essa demanda de controle de trânsito também é da união. E que atualmente está sendo implementado no plano de ação nacional do ministério do meio ambiente esse olhar para esse trânsito na praia. O Sr. Caio disse que é uma oportunidade de ter um mecanismo legal de controle. Outro ponto de discussão foi sobre o regramento sugerido pelo GT de ser obrigatória a declaração anual de animais das propriedades localizadas na zona de amortecimento da ESEC do Taim. O Sr. Renato Reis (representante do Sindicato Rural de Rio Grande) sugeriu estabelecer um convênio com a Secretaria da Agricultura do Estado a cerca da informação da pecuária e tirar do regramento essa declaração anual. Essa sugestão foi acatada. Outro ponto de discussão foi sobre o regramento sugerido pelo GT de ser proibida a cultura de organismos geneticamente modificados na ZA da ESEC Taim, com exceção da soja. Com relação a este regramento foi sugerido trocar para “somente será autorizado o cultivo de organismos geneticamente modificado (OGM) na Zona de Amortecimento mediante autorização da ESEC do Taim e atendimento a legislação nacional específica para cultivo destes OGM em ZA”. Esta modificação foi aceita. Outro ponto de discussão foi sobre o regramento sugerido pelo GT de não ser permitido uso de aeronaves para aplicação de defensivos agrícolas. Com relação a este

35 regramento foi sugerido trocar para “somente será permita a aplicação de defensivos agrícolas
36 na ZA por meio terrestre e, excepcionalmente por aeronaves mediante autorização específica
37 da UC”. Esta modificação foi aceita. Após o regramento, o Sr. Caio apresentou também os
38 indicadores e sugestões resultantes do trabalho do GT do Plano de Manejo. Logo após, o Sr.
39 Caio apresentou rapidamente o guia do participante que está sendo elaborado para a Oficina
40 do Plano de Manejo, e apresentou o cronograma da mesma. O Sr. Caio abriu discussão na
41 plenária para elencarem as entidades do Conselho que poderiam participar desta Oficina. As
42 entidades que participarão da Oficina do Plano de Manejo serão: NEMA, FURG, Sindicato Rural
43 de Rio Grande, Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar, EMBRAPA, Associação dos
44 Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico, Associação dos Usuários da Bacia
45 Hidráulica das Lagoas Caiubá-Flores e Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas da
46 Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo. O Sr. Kleber colocou o NEMA à disposição para apoiar os
47 parceiros nas demandas específicas. O Sr. Rafael (representante da UFPEL) também se colocou
48 a disposição como membro do conselho a defender também os interesses deste Conselho. O
49 Sr. Kleber solicitou que o Parecer Técnico sobre os impactos do trânsito de veículos na praia e
50 recomendações para o ordenamento fosse disponibilizado para todos os conselheiros. O
51 último assunto a ser tratado foram assuntos gerais. O Sr. Caio disse que tem um pessoal
52 preocupado com relação as comportas e solicitou que o Sr. Otávio (Associação dos Irrigantes
53 da Lagoa Mangueira) explicasse melhor isto. O Sr. Otávio explicou que a Associação dos
54 Irrigantes foi demandada pelo Ministério Público e ICMBio para gerir a questão da água. E
55 segundo estudos do IPH, as comportas eram fundas demais e ficavam drenando a água do
56 banhado. Então foi solicitado o ajuste das comportas para a cota do banhado. Sendo assim, foi
57 contratada uma empresa, solicitaram autorização para ICMBio e colocaram as novas
58 comportas, com cuidado para serem facilmente removíveis. O Sr. Caio disse que um dos
59 entendimentos é ter um controle para o verão e segurar a água, inclusive auxiliando o campo
60 dos produtores de gado do entorno da UC. O Sr. Paulo Arruda (Representante do Sindicato dos
61 Empregados do Comércio de Rio Grande) disse que não sabia disso. E que ficaram
62 preocupados com enchentes pela obstrução da passagem de água nessas comportas. E disse
63 que não foi feita nenhuma discussão no conselho. O Sr. Paulo ainda coloca que não é contra o
64 regramento, mas estão preocupados também com o dano ambiental. O Sr. Gastaud
65 (Representante da Associação dos Arrozeiros de Santa Vitória do Palmar) explicou que eles
66 como associação foram demandados pelo Ministério Público para fazer parte da gestão do
67 sistema hidrológico. Ainda explicou que estão trabalhando com as cotas em cima do trabalho
68 do IPH. Estão nivelamento o fluxo dentro de uma situação de normalidade. O Sr. Renato Reis
69 falou que esta cota deveria estar amarrada com as áreas de campo. Ele acha que tem que se

70 rever essa situação levando em conta essas áreas. O Sr. Kleber acha que esse grupo é muito
71 qualificado e tentamos sempre resolver o problema. Este entende que a Associação dos
72 Irrigantes fizeram atendendo ao MP e de acordo com os estudos do IPH. No entanto, parece
73 que só estes dados do IPH não estão sendo suficientes. Acha que pode se fazer um grupo junto
74 com o ICMBio para evitar um problema maior. Este ainda pergunta ao Sr. Caio se o ICMBio
75 pode fazer isso. O Sr. Caio disse que acha que podemos trabalhar com uma cota que poderia
76 manter os campos. E também chamar o Prof. David do IPH para conversar. O Sr. Paulo Arruda
77 diz que tem que abrir as comportas agora e depois discutir. O Sr. Kleber diz que o conselho
78 tem atribuições de ajudar e apoiar as decisões. A sugestão é entrar num consenso e a partir
79 disto fizemos uma votação específica e apoiaremos a gestão da UC para tomar a decisão. Ele
80 acha que ninguém quis fazer nada por debaixo dos panos. O Sr. Otávio disse que há dez anos
81 estas comportas já estão fechadas. O Sr. Caio disse que é um mecanismo de controle de água e
82 não uma tranca. Este acha que devemos encarar o problema, pois ninguém quer prejudicar
83 ninguém. Ainda explica que quem determinou a cota foi o IPH e a associação só executou. O
84 Sr. Paulo Arruda solicitou para retirar agora essa barreira. O Sr. Gastaud acha que o que
85 devemos fazer agora é conversar com o pessoal do IPH, pois é o parâmetro que devemos
86 trabalhar. O Sr. Caio se propõem a intervir e ver o que vamos fazer da melhor maneira possível
87 para todos. Ficou registrado em ata a preocupação do Paulo Arruda, da Associação dos
88 Moradores do Albardão, do Sindicato Rural de Rio Grande e dos produtores da região
89 referente ao risco de inundação das propriedades e solicitando uma mediação imediata da
90 situação. A reunião encerrou às 12:58.